

Os Fundadores da «Sociedade Católica» (1843) *

Tomás Machado Lima **

Introdução

Quando hoje abordamos questões relativas ao apostolado dos leigos tal nos surge como natural à própria estrutura eclesial. No entanto longa maturação se deu até aos nossos dias e sem a idade contemporânea não compreenderemos completamente o ponto de chegada de um apostolado laical que nada tem a ver com partidos políticos, não discriminando ninguém. Então não havia espaço para apostolado que não fosse o das missões externas. Na sociedade a lei civil misturava-se com a lei eclesiástica, embora existisse uma tensão latente entre a verdade objectiva e a acção individual pois que a sociedade já não ia buscar à religião os seus princípios. Talvez nesta conjuntura se possa assinalar o nascimento do apostolado dos leigos.

Em tempos antecedentes, no Séc. XVIII, creches, asilos de desvalidos, hospitais e regenerações estavam entregues às ordens religiosas. Os morgadios levavam a que muitos só encontrassem refúgio nos claustros. Já em tais épocas houvera tentativas de reforma sob o lema da liberdade, do aproveitamento de terras e do aumento da população. A sociedade olhava com maus olhos a vida religiosa.

No Portugal do Séc. XIX, na primeira metade dos anos 40, vive-se a ambiguidade do político-religioso. Poderá dizer-se que em todo este século esta ambiguidade estará presente. As pessoas, mesmo os crentes, não se entendem sobre a própria sociedade. O que estará em causa será a *legitimidade* e a *revolução* e tal será também um problema religioso. Para os legitimistas o problema religioso só se resolvia quando se resolvesse a questão dinástica. Por isso não aceitam e tecem duras críticas aos que tentam, antes da questão dinástica resolvida, avançar com formas de apostolado.

* Trabalho elaborado no âmbito do Seminário sobre «Pensamento e Acção Social no séc. XIX em Portugal» orientado pelo Doutor Manuel Clemente, Faculdade de Teologia de Lisboa. Foi proferido, em conferência, na sede da UAL, no Palácio dos Condes de Redondo, Rua de Santa Marta, 56 (residência de um dos fundadores da Sociedade Católica, o 15.º Conde de Redondo, D. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco Menezes), no dia 29 de Maio de 1992.

** Professor Auxiliar da UAL.

As polémicas surgem inevitavelmente¹. Segundo Manuel Braga da Cruz, «a primeira tentativa de organização dos católicos para reagir às consequências da instauração do liberalismo e do sistema político representativo em Portugal e os primeiros problemas que tal intenção porá podem já procurar-se, em 1843, na criação da Sociedade Católica»².

I - Uma iniciativa original

A igreja encontra-se exausta. Não havia clero. Não havia seminários. Andavam os egressos espalhados pelo país, desde Maio de 1834 - ano da extinção das ordens religiosas masculinas e, a prazo, das femininas. Em 1843, aquando da fundação da Sociedade Católica, tinha-se acabado de sair de um «cisma»³. O único bispo que restava era o de Angra. Com a não aceitação por D. Pedro, dos bispos nomeados ao tempo de D. Miguel, as dioceses estavam agora vagas, com vigários capitulares, ou com bispos propostos. De qualquer modo, os bispados estavam desvitalizados e a acção eclesial era diminuta.

Eis então que surge a Sociedade Católica, fundada por portaria em 10.01.1843⁴, iniciativa com forte pendor laical, uma novidade para a época.

Quanto à sua finalidade o seu nome completo é elucidativo: «Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em toda a Monarquia Portuguesa por meio de Missões religiosas, publicações de escritos ortodoxos, e casas de instituição eclesiástica e de caridade a favor das classes desvalidas»⁵. A moral evangélica era promovida por: missões internas em todas as dioceses; publicações de escritos ortodoxos quer antigos quer actuais e traduções; por estabelecimentos de instrução de caridade⁶. As missões internas tinham um papel relevante porque, sendo os religiosos quem se dedicavam às pregações, elas deixaram de existir. Também se não escrevia o suficiente — os escritos ortodoxos será um dos aspectos a ter em conta e irá deixar rasto, pois mais tarde desenvolver-se-á esta ideia da boa imprensa, agora esboçada. O problema dos seminários era candente pois os formadores eram escassos. A Sociedade católica também neste ponto pôs o «dedo na ferida» ao insistir num aspecto crucial nesta época e ainda hoje com actualidade — o da liberdade de ensino e da estatização do mesmo⁷. Quanto às casas de caridade a favor das classes desvalidas, poder-se-á dizer que, na linha de instituições anteriores como por exemplo as Misericórdias, será uma chamada de atenção para não se deixar cair uma prática da Igreja que também estivera muito entregue aos religiosos e sobretudo às religiosas. Quando do advento da industrialização, mais tarde, com a chamada questão social, o problema surgirá novamente e com muita acuidade.

Os sócios podiam ser de duas classes: os activos — só eles podiam pertencer à direcção — e os contribuintes⁸.

Sócios activos eram necessariamente os fundadores. Deste grupo, terá sido José Barbosa de Figueiredo Castelo Branco, o grande impulsionador da ideia. Muitos dos artigos publicados quer n'*O Católico* quer n'*O Jornal da Sociedade Católica*, mesmo os não assinados, o estilo diz-nos serem dele.

Foram fundadores da Sociedade Católica⁹:

- «1 Fr. Jerónimo, Bispo Titular de Cabo Verde
- 2 Jacinto, Vigário Geral, Bispo proposto Coadjutor da Guarda
- 3 Conde de Redondo
- 4 Conde Barão d'Alvito
- 5 O Cónego João Rodrigues Lima de Sequeira
- 6 Bento Paes de Sande e Castro
- 7 António Agostinho Pereira de Lacerda
- 8 Fr. José de Santo Agostinho
- 9 Conde d'Atalaya
- 10 D. A. Principal Câmara
- 11 O Padre José António de Magalhães
- 12 Fr. Bernardino da Virgem Santíssima
- 13 Dr. José Maria de Lima e Lemos
- 14 D. A. Principal Côrte Real
- 15 O Prior António Pereira de Amorim
- 16 Fr. José do Menino Jesus
- 17 António de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria
- 18 Visconde d'Asseca
- 19 Marquez da Fronteira
- 20 Marquez do Fayal
- 21 Conde de Cêa
- 22 Duque da Terceira
- 23 Fr. António de Castro
- 24 José Maria da Cunha Grãan e Athayde
- 25 Thomaz Cabral Soares d'Albergaria
- 26 João Carlos Fêo Cardozo de Castello Branco e Torres
- 27 O Padre Domingos José Henriques
- 28 José Barbosa Canais de Figueiredo Castello Branco»¹⁰.

II - A emergência do laicado

Ao reflectirmos sobre este tema, teremos que recuar ao que poderemos considerar os primórdios da acção dos leigos em Portugal. E aí estaremos certamente, numa perspectiva de acção de apostolado no que se refere aos fundadores e a posteriores adesões, a debruçarmo-nos sobre os inícios da acção católica como ela se entendeu anos mais tarde.

A reflexão que fazemos não pode deixar de considerar a estatura destes pioneiros da acção laical na Igreja em Portugal. Os fundadores da Sociedade Católica desbravaram caminhos novos. A situação laical até então era passiva, mais de espectadores do que de sujeitos de acção. A Igreja era, de facto, nesta época, sociologicamente, um estado — o clero — ao par da nobreza e do povo. Paulatinamente, no meio de grandes escolhos, foi-se automatizando a acção dos leigos¹¹, numa consciência eclesiológica nova.

Obviamente a acção pastoral era tida no séc. XIX como obra do clero. Faltava uma visão da Igreja como Povo de Deus. Faltava uma teologia do laicado. Os leigos eram passivos destinatários para quem se orientava a acção da Igreja. A teologia pastoral era mais considerada como a arte de ser padre. Estavamos longe da concepção que temos hoje de Igreja e portanto de teologia pastoral¹².

Nesta época (1843) surgia o despertar da novidade de um espaço a preencher e que se abria à corresponsabilidade dos leigos numa tentativa de, em clima de unidade, repartir adequadamente tais responsabilidades por todos os membros da Igreja sem exclusão. Por isso os leigos tomam a iniciativa face às dificuldades de uma Igreja cujo clero diminuía estrondosamente devido a perseguições de que foram vítimas. José Barbosa Canais¹³ escreve: «Quem pregará? Onde estão os bons livros para a multidão? E quem exercerá a caridade de um tal modo? Como se há de fazer uma revolução tão extraordinária em presença de defeito de pessoas e de meios? Pois bem: se nós encontrarmos uma instituição originalmente portuguesa, que pretenda por essas regras a reforma de costumes sem ofender a autoridade dos Bispos, as leis do Estado, e que se não desvie do espírito religioso, é essa a nossa tábuca de salvação, uma empresa sublime no seu objecto, vasta na sua extensão, e que será pasmosa no sucesso ganhando incremento»¹⁴.

Citando os Estatutos, José Barbosa Canais, num estilo vivo de pergunta e resposta defende a «menina dos seus olhos» — A Sociedade Católica — daqueles que a atacam. Aponta para o que hoje chamaríamos um «espaço plural», ao querer juntar leigos ao lado de clérigos: «Que é a Sociedade Católica? Uma reunião de eclesiásticos e seculares de um e outro sexo, que no acto de se congregarem, subscrevem a fórmula da Fé, segundo o verdadeiro sentir da Igreja Católica»¹⁵. De ambos os sexos certamente, pois que as senhoras tinham, na Sociedade Católica, um importante lugar para o tempo, vindo a dedicar-se principalmente a actividades de cariz socio-caritativo. E em relação aos eclesiásticos, havia que fortalecer uma Igreja que não era só de clérigos, mas igualmente de leigos¹⁶.

Esta nova forma laical de estar na Igreja, contrariamente às acusações que se lhe faziam, era profundamente respeitadora da hierarquia. José Barbosa Canais diz citando Inácio de Antioquia: «ao Bispo se deve obediência [...] e sem sua vontade nada se pode nem deve fazer»¹⁷. E, logo à frente, numa afirmação de afastamento de quaisquer tentações galicanas, continua, fundamentado nos evangelistas: «O Sumo Pontífice Romano, Sucessor de S. Pedro, Vigário de Jesus Cristo, Presidente da Igreja de Deus, e Príncipe dos Bispos como S. Pedro o foi dos Apóstolos, é em tal qualidade o centro e a pedra angular do grande edifício da Igreja; por consequência é necessário, que todos os cristãos, sem exceptuar os Bispos, estejam em comunhão com ele»¹⁸.

A Sociedade Católica nada fará sem esta união com Cristo no corpo visível da Igreja por meio dos vínculos da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico, e da comunhão. Os seus membros subscrevem a fórmula da fé, no verdadeiro sentir da Igreja¹⁹.

O opúsculo *A Sociedade Católica examinada e defendida dos inimigos e recomendada com substituição de alguns artigos do seu estatuto aos amigos* é uma obra na qual perpassa um grande amor a Jesus Cristo e à Igreja. Ao lê-lo sentimos pulsar uma energia e um vigor ciclópicos de «antes quebrar que torcer» face aos ataques daqueles que ainda não tinham apreendido as novas formas de estar da Igreja a caminho de uma maior maturidade, daqueles que não eram capazes de se libertar do «antigo regime» para quem a Igreja só se encontraria a si mesma se regressasse a formas que pertenciam ao passado e que continuamente insistiam na tentativa estafada da legitimidade dinástica²⁰.

Os críticos da Sociedade Católica acusavam-na de ter uma maioria secular no Conselho Director, de ser uma assembleia de eclesiásticos sem jurisdição e de leigos a decidirem das coisas da Igreja. Estes e outros epítetos vinham das bandas mais conservadoras dos católicos²¹. Mas a Sociedade Católica considerava-se de forma bem diferente: «reunião de pessoas devotas e zelosas, para alcançar meios, com que os Venerandos Prelados das igrejas da Monarquia possam satisfazer os gravíssimos encargos, de que está onerado o eminente ofício de Pastores do Rebanho de Cristo: por outros termos, um desses auxiliares, que não entrando na lide, ajudam a vencer o inimigo»²².

É apaixonante ver como estes cristãos se apercebiam do valor da sua acção como vocação e missão dos leigos na Igreja, caminhando para a corresponsabilidade eclesial. Eram assim os fundadores leigos da Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em toda a Monarquia Portuguesa. E os Estatutos consignaram que seriam leigos a maioria dos membros do Conselho Director (cinco eclesiásticos e seis seculares)²³. Mas José Barbosa Canais na sua defesa às críticas da Sociedade Católica irá dizer que, no conjunto da totalidade dos fundadores, haverá mais eclesiásticos do que leigos: «E entre vinte e oito (fundadores) se encontram só doze seculares»²⁴.

III - O diálogo político

«A Sociedade, admitindo este Estatuto, declara pela maneira mais solene não ter outros fins, que os explicitamente manifestados nele, e que portanto das Missões como dos escritos são banidos,

sem a menor reserva, todas as temporalidades²⁵. Uma afirmação destas era verdadeiramente revolucionária para o tempo. É o momento em que se inicia, entre nós, o claro separar das águas do político do religioso²⁶. Já Jesus Cristo dissera «dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus»²⁷. Fica, pois, claro, que a Sociedade Católica não quer fazer política²⁸. Assim a Sociedade será um espaço aberto a várias correntes partidárias. Aí teremos de mãos dadas num mesmo ideal de acção religiosa — pastoral e humanitária — católicos que querem recristianizar o país e missionar as colónias, querendo para tal fim elevar o nível cultural e moral do clero, realizar missões nas dioceses de Portugal, divulgar bons livros e criar estabelecimentos de formação e caridade para os mais carecidos. Juntos teremos, como fundadores, numa mesma organização, católicos nostálgicos do miguelismo e bravos do Mindelo. Havia quem tivesse combatido nas tropas de Napoleão, e quem aderira à Vilafrancada. Juntavam-se incondicionais do miguelismo e fiéis partidários de D. Pedro IV.

Redondo militara nas hostes absolutistas não tendo aceite favores da côrte constitucional. Era um devotado partidário de D. Miguel. Fora seu ajudante de ordens e acompanhou-o sempre até ao exílio. Depois, desgostoso, retirou-se para a Quinta do Bonjardim, em Belas²⁹.

Atalaia tal como o Conde de Redondo, afecto ao miguelismo, não aceitou os favores dos soberanos constitucionais não tendo usado o título a que tinha direito de marquês de Tancos. Não quiz aproveitar-se do decreto com força de lei de 23 de Maio de 1851 que lhe permitia a entrada na Câmara dos Pares³⁰.

Lemos era lente da Faculdade de Direito (doutor em Canones e Leis por Coimbra) sendo demitido em 1864 por suas ideias legitimistas. Pela mesma razão foi substituído do cargo de Deão da Sé de Leiria. Recusou, mais tarde, os cargos de Bispo de Lamego e do Patriarcado³¹.

Castelo Branco e Torres, oficial do Exército e genealogista, aderira à Vilafrancada, altura em que se reformou como Tenente-Coronel³².

Alvito, major de cavalaria, foi estribeiro-mor de D. Pedro IV. Sempre se manteve fiel à causa liberal³³.

Asseca foi ajudante de campo do General Gomes Freire de Andrade. Combateu na campanha da Rússia juntamente com as tropas de Napoleão. Depois de algum tempo preso em Portugal por ter combatido no exército napoleónico foi para o Brasil. Foi um dos pares nomeados, em 1826, por D. Pedro IV quando este outorgou a Carta Constitucional³⁴.

Fronteira foi valoroso militar. Distinguiu-se nos campos de batalha. Recebeu inúmeras condecorações pelos seus feitos. Foi um dos grandes que se pronunciou favoravelmente ao sistema constitucional, tendo-se lançado em luta aberta contra D. Miguel. Quando a Carta foi restaurada foram-lhe entregues difíceis missões de negociação, que desempenhou com grande capacidade. Defensor de Costa Cabral, foi, na Guerra Civil da Maria da Fonte em 1846, nomeado como Governador Civil de Lisboa, cargo que ocupará até 1851³⁵.

Terceira foi diversas vezes Presidente do Conselho de Ministros e tomou conta de diferentes pastas (Guerra, Negócios Estrangeiros, Justiça). Era um liberal, mas jamais pactuou com Setem-

bristas. Quando Costa Cabral foi ao Porto promover a Restauração da Carta, o Ministério dos Setembristas que o nomeara como comandante da Primeira Divisão Militar, quis demiti-lo, mas a Guarda Nacional de Lisboa não o permitiu. Em 9 de Fevereiro de 1842, Terceira foi chamado para formar ministério, sendo Costa Cabral o principal mentor desse governo que durou 4 anos após a Restauração da Carta³⁶.

Recapitulando, entre os miguelistas estavam Redondo, Atalaia, Lemos e Torres. Entre os liberais, Alvito, Asseca, Fronteira (cartista e cabralista). Faial, Terceira (cartista e cabralista) e Albergaria³⁷.

Assim, como vimos, será a Sociedade Católica um verdadeiro espaço de diálogo. Aí se reúnem com um mesmo objectivo religioso e social gente de várias tendências ideológicas. A Sociedade Católica estará para além da política. O seu escopo não será, certamente, o aspecto político.

IV - As ligações familiares

Curiosamente, numa sociedade que se pretendia do indivíduo, vemos a grande influência da família.

Julgo que os laços familiares de educação na Sociedade Católica foram um forte liame que levou os fundadores à acção.

Num estudo atento chegaremos a conclusões interessantíssimas sob o ponto de vista das ligações familiares e sociais entre as mais importantes famílias de fundadores, pois deparamos com o facto de, muitos deles, pertencerem a grandes famílias, notabilíssimas, portanto fazendo parte das elites sociais mais influentes³⁸.

Redondos³⁹, Alvitos⁴⁰, Atalaias⁴¹, Seias⁴² são familiares ente si⁴³.

Os Assecas⁴⁴, os Terceiras⁴⁵, os Penamacores⁴⁶, os Faial⁴⁷ e os Aldenberg⁴⁸ são também famílias ligadas por parentesco⁴⁹.

Atalaias⁵⁰, Redondos⁵¹, Mendonça Corte-Real — a cuja família pertencia o Principal D. António Luís da Câmara Corte-Real⁵² —, Sousa Holstein, Duques de Palmela⁵³, Condes e Marqueses de Sabugosa e Condes de São Lourenço — com ligações aos Assecas e aos Terceiras⁵⁴.

Albuquerque e Castro Ribafria Condes de Penamacor⁵⁵, Correias de Sá, Viscondes de Asseca⁵⁶, Condes de Povolide⁵⁷, Marqueses de Fronteira e Condes da Torre⁵⁸, Albergarias⁵⁹, Amados⁶⁰.

Embora não sendo fundadores, há gente da primeira hora, que aderiu igualmente de alma e coração à Sociedade Católica. Dessas adesões, porei em relevo D. José de Menezes da Silveira e Castro, 2.º Marquês de Valada⁶¹. Será o campeão das Irmãs da Caridade quando dos vários problemas que em Portugal se levantaram com esta congregação francesa dedicada sobretudo à assistência. Também vai ser ele que conseguirá o Convento do Barro (dos Arrábidos) para o noviciado da Companhia de Jesus. Porei igualmente em relevo D. António do Santíssimo Sacramento Tomás de Almeida

e Silva de Saldanha. Teve grande influência no movimento católico português da sua época e foi dos principais impulsionadores dos congressos católicos. Como diz Manuel Clemente sobre a figura de D. António: «Cedo iniciou o caminho de que não se desviaria nunca: a defesa da Igreja e, muito especialmente, do Papa [...] Na esteira de De Maistre e do primeiro Lamennais, radicava no catolicismo e no papado a própria coesão social [...] Por isso, apareceu, aos olhos de galicanos ou anti-clericais, como a encarnação acabada do ultra-montanismo. E, se por ultra-montanismo entendemos uma ligação muito imediata ao Papa, que relativizava outras realidades, como a autonomia da vida eclesiástica nacional ou mesmo a do poder político, assim seria»⁶². D. António de Almeida, da família dos Condes de Oliveira dos Arcos, era descendente dos Rio Maior⁶³.

Todas estas famílias desempenharam o papel que competiria aos soberanos «fidelíssimos», mas que pelos mesmos não era exercido convenientemente, fazendo a defesa daquela que ao tempo era a religião oficial.

Conclusão

A fundação da Sociedade Católica mostra-nos à saciedade a dificuldade no Portugal dos anos quarenta do século XIX. Os fundadores tomam posições incompreendidas a que o tempo se encarregará de dar razão, no sentido de uma tentativa aberta e tolerante. Ela surge como uma luz no fundo de um túnel. Diz Manuel Clemente que: «o facto do liberalismo ter entrado também com os ocupantes franceses; de ser veiculado pelas lojas maçónicas, progressivamente anti-clericais; de ter dado cobertura teórica à extinção pura e simples das ordens religiosas, sem lugar para reformas; de ter de seguida condicionado registamente a vida interna e externa da Igreja (nomeações eclesiásticas, controlo dos Seminários...), tudo isto contribuiria necessariamente para engrossar o número dos católicos que só viam solução para a vida da Igreja entre nós depois da restauração da dinastia que consideravam legítima (o regresso de D. Miguel do exílio para onde fora em 34)». E continua no parágrafo seguinte: «Estes últimos, os católicos legitimistas, foram assim contrariando, século fora, toda a tentativa de organização católica pactuante com o novo sistema constitucional. Goraram logo a primeira tentativa — a Sociedade Católica de José Barbosa (1843)»⁶⁴.

De facto foi fugaz a duração da Sociedade Católica⁶⁵. Manuel Braga da Cruz dirá: «Foi curta a duração da Sociedade Católica» e logo acrescenta: «e nula a sua eficácia»⁶⁶. Concedemos que foi curta e terá sido ineficaz sob o ponto de vista de acção política⁶⁷.

Mas aceitamos que foi eficaz sob o ponto de vista de acção pastoral, não porque tenha feito muitas realizações mas porque lançou uma semente que frutificou. Na Sociedade Católica poderemos encontrar a matriz de toda a acção laical como a temos hoje. Ela propunha-se fazer grandes realizações. De facto, dadas as dificuldades com que deparou dos opositores, poucas terá levado por diante. No entanto, deixou uma marca pessoal interventora, lançou ideias, teorizou sobre uma

teologia do laicado, levou a efeito várias práticas piedosas como lausperenes e contribuiu para o fomento de uma vida espiritual nas famílias⁶⁸.

Termos vários descendentes destes fundadores que deixaram fama de santidade⁶⁹.

O legado dos fundadores da Sociedade Católica foi inestimável porque prepararam as gerações futuras para um papel actuante numa sociedade que progressivamente vai abandonando os valores religiosos, culturais e humanos genuinamente cristãos.

Mapa 1

FUNDADORES DA SOCIEDADE CATÓLICA — SECULARES

- 3 *Conde de Redondo* D. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes (1797-1863). Foi o 15.º Conde de Redondo e 13.º Senhor de Gouveia Sobre-o-Tâmega.
 - 4 *Conde Barão de Alvito* D. José António Plácido Lobo da Silveira Quaresma (1769-1844), 3.º marquês de Alvito, 6.º conde d'Oriola, 12.º barão de Alvito. Era Major de cavalaria.
 - 7 *António Agostinho Pereira de Lacerda*.
 - 9 *Conde de Atalaia* D. António Manuel de Noronha (1803-1866). 11.º conde de Atalaia.
 - 13 *José Maria de Lima e Lemos* (1794-1870).
 - 17 *António de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria* (1815-1864). 2.º Conde de Penamacor por decreto de 17.12.1844.
 - 18 *Visconde de Asseca* António Maria Correia de Sá Benevides Velasco da Câmara (1876-1844). 6.º visconde de Asseca, 8.º almotacé-mor.
 - 19 *Marquês de Fronteira* D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1802-1881). 7.º marquês de Fronteira, 5.º marquês de Alorna, 8.º conde da Torre.
 - 29 *Marquês do Faial* D. Domingos António Maria Pedro de Sousa Holstein, depois 2.º duque de Palmela (1818-1864). 1.º marquês do Faial, título que lhe foi dado por ser filho do 1.º duque de Palmela. Era 3.º filho, mas recebeu este título, assim como o de Palmela (2.º duque) por falecimento do seu irmão mais velho. Oficial da Armada Real. Foi Adido à Embaixada de Londres para o acto da coroação da Rainha Vitória.
 - 21 *Conde de Seia* D. António Manuel de Meneses (1788-1848). 1.º conde de Seia.
 - 22 *Duque da Terceira*. D. António José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha. 1.º duque da Terceira, 1.º marquês e 7.º conde de Vila Flor.
 - 26 *João Carlos Feo Cardozo de Castelo Branco e Torres* (1798-1868).
 - 28 *José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco* (1803-1857).
-

Mapa 2

FUNDADORES DA SOCIEDADE CATÓLICA — ECLESIAÍSTICOS

- 1 *D. Jerónimo do Barco da Soledad*. Franciscano do Convento da Franqueira da província da Soledade. Bispo Titular de Cabo Verde (1774-1852).
- 2 *D. Jacinto António Crespo da Cruz*. Vigário Geral, Bispo prop. Coadj. da Guarda.
- 5 *João Rodrigues Lima de Sequeira*. Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa.
- 6 *Bento Paes de Sande e Castro*. Ex-Prior-Mor da Ordem de Santiago e Espada.
- 8 *Fr. José de Santo Agostinho*.
- 10 *D. Principal Câmara*. António Armando de Saldanha da Câmara.
- 11 *José António de Magalhães*. Nasceu em 1786. Clérigo secular. Antes de 1834 pertenceu à Congregação da Missão.
- 12 *Fr. Bernardino da Virgem Santíssima*. Religioso do Varatojo (OFM).
- 14 *D. Principal Corte-Real*. António Luís da Câmara Corte-Real.
- 15 *Prior António Pereira de Amorim*.
- 16 *Fr. José do Menino Jesus*.
- 23 *Fr. António de Castro*.
- 24 *Mons. José Maria da Cunha Grã e Ataíde*. (1787-1869) Fora Monsenhor da Patriarcal de Lisboa. Foi o último (82.º) D. Prior-mor da Ordem de Cristo.
- 25 *Tomás Cabral Soares de Albergaria*. Nasceu em 1794. Cónego da Sé de Braga.
Jurista. Em 1833 nomeado procurador-geral da Fazenda.
- 27 *Padre Domingos José Henriques*.

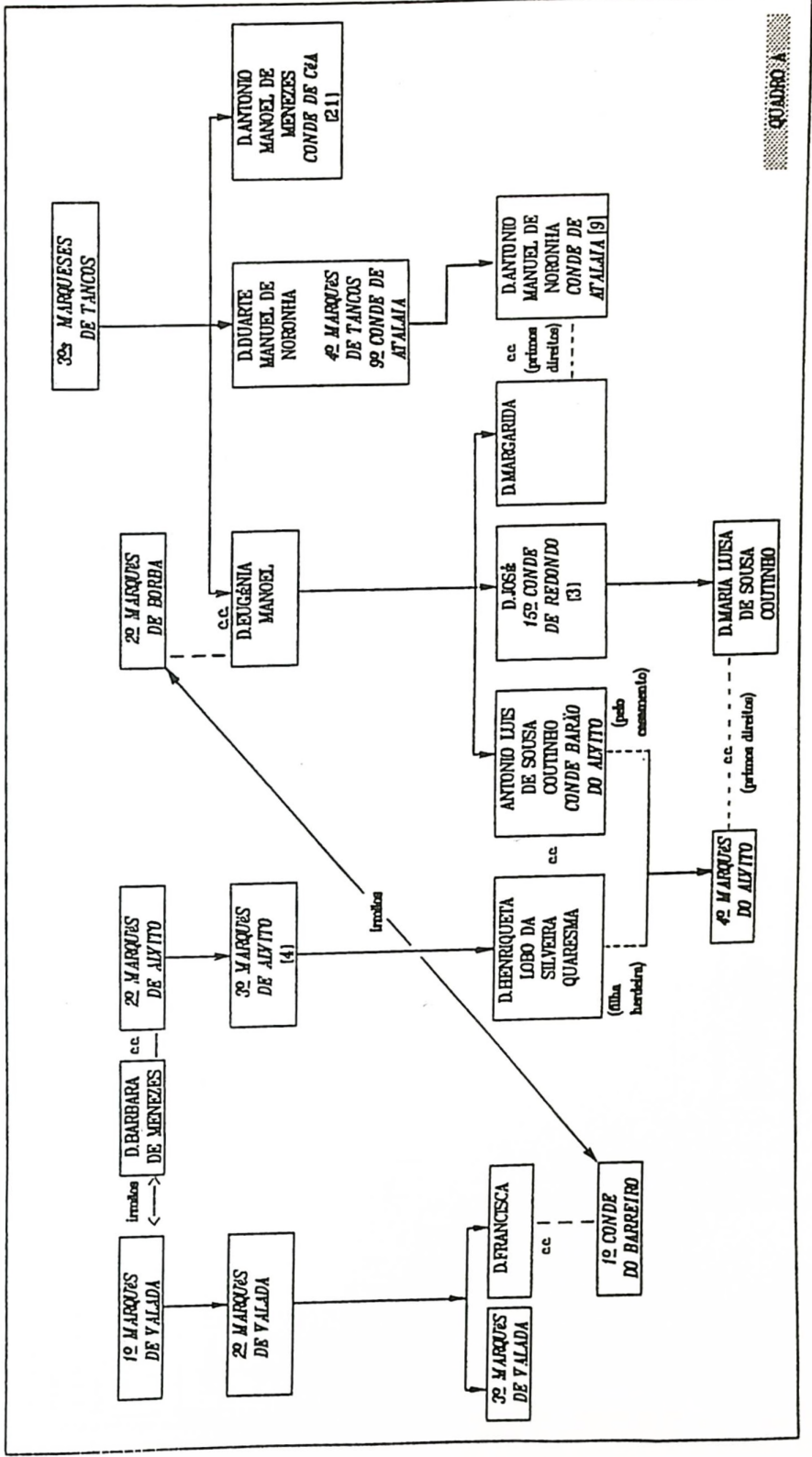
Mapa 3

TENDÊNCIAS POLÍTICAS

LIBERAIS	MIGUELISTAS
Alvito [41]	Redondo [3]
Asseca [18]	Atalaia [9]
Fronteira (cartista e cabralista) [19]	Lemos [13]
Faial [20]	Torres [26]
Terceira (cartista e cabralista) [22]	
Albergaria [25]	

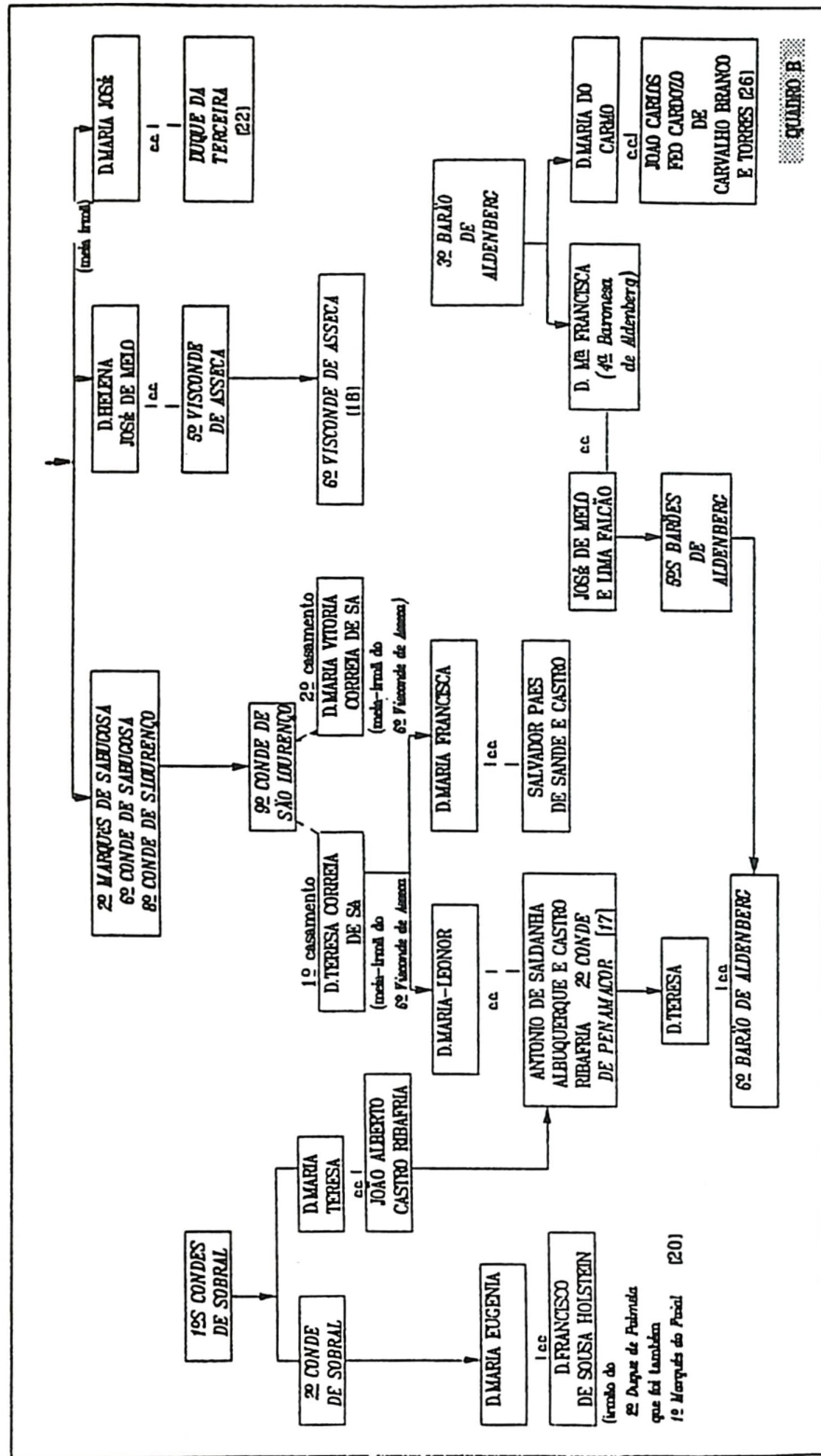
Nota: Neste esquema apresentamos apenas os fundadores que tiveram posições claramente políticas.

OS FUNDADORES DA SOCIEDADE CATOLICA - LIGAÇÕES FAMILIARES - 'OS SECULARES'



Mapa elaborado por António Mattos e Silva

OS FUNDADORES DA SOCIEDADE CATOLICA - "OS SECULARES"



QUADRO B

Mapa elaborado por António Mattos e Silva

NOTAS

- ¹ Ecos desta polémica podem encontrar-se n' *O Portugal Velho* (desde 1843), n' *A Restauração* (desde 38.V.1843), n' *A Nação* (21.XI.1843 a 14.XII.1848) e ainda n' *O Escudo Cristão* (1847-1848).
- ² MANUEL BRAGA DA CRUZ *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Presença/GIS, Lisboa, 1980, 51.
- ³ Sobre este assunto poderá ver-se IDEM, *As relações entre a Igreja e o Estado Liberal do «cisma» à Concordata (1832-1844)*, in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do Sec. XIX.*, Sá da Costa, Lisboa, 1982. V. também JOSÉ AUGUSTO FERREIRA, *Memórias para a história d'um cisma (1832-1842)*, Cruz, Braga, 1917.
- ⁴ JOAQUIM M. PACHECO TEIXEIRA REBELLO, *Colecção completa da legislação eclesiástico-civil desde 1832 até ao presente*, Guttemberg, Porto, 1896, 150-151. No entanto, em JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, *A Sociedade Católica examinada e defendida dos inimigos e recomendada com substituição de alguns artigos do seu estatuto aos amigos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845, 6, diz-se que a Sociedade foi «erecta nesta cidade de Lisboa, em 29 de Janeiro». Cf. também *O Católico* (I.III. 1843), 433.
- ⁵ *O Católico* (I.III.1843), 433.
- ⁶ Assim explica o Estatuto da Sociedade Católica no Art.º 2.º do Cap. II., Cf. *O Católico* (I.III.1843), 437.
- ⁷ A reforma de Passos Manuel fez-se entre 1836 e 1844. A de Costa Cabral entre 1844 e 1851. Cf. VASCO PULIDO VALENTE, *O Estado Liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*, GIS, Lisboa, 1973, 117-118. V. também sobre o ensino mormente até 1834. LUÍS ALBUQUERQUE, *Notas para a história do ensino em Portugal*, Ed. do Autor, Coimbra, 1960.
- ⁸ V. art.º 1.º, Parágrafos 1.º e 2.º do Estatuto. Cf. *O Católico*, (I.III.1843), 437.
- ⁹ Nesta listagem manteremos a ordem e a grafia constantes no Estatuto da Sociedade Católica tal como se encontra n' *O Católico* (I.III.43) 439-440.
- ¹⁰ A numeração é nossa. Nos mapas seguiremos mantendo a numeração com a finalidade de uma melhor clareza na visualização das personagens referidas.
- ¹¹ Hoje nós dizemos *leigos* mas na época a que nos reportamos dizia-se *seculares*.
- ¹² Para constatar os da diferente concepção hodierna v. decreto conciliar sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam Auctuositatem* in *Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituições, decretos, declarações*, AO, Braga, 1967, 237 ss; v. também a exortação apostólica sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo de JOÃO PAULO II, *Os fiéis leigos. Christifideles laici*, P. Socorro, 1989; v. ainda *Os cristãos leigos na comunhão e missão da Igreja em Portugal*. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 1989.
- ¹³ No texto usaremos para o secretário da Sociedade Católica simplesmente o nome por que era mais conhecido: JOSÉ BARBOSA CANAIS e não JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO.
- ¹⁴ JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, *A Sociedade Católica examinada e defendida dos inimigos e recomendada com substituição de alguns artigos do seu estatuto aos amigos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845, 6.
- ¹⁵ *Ibidem*, 8-9.
- ¹⁶ Anos mais tarde, este problema será levantado nos Congressos Católicos.
- ¹⁷ CASTELO BRANCO, *A Sociedade Católica examinada e defendida*, 9.
- ¹⁸ *Ibidem*, 9.
- ¹⁹ Cf. Art.º 1.º, Parágrafo 2.º do Estatuto onde se lê: «Todos podem ser sócios contribuintes; mas a qualidade de activos é conferido pelo Conselho Director sobre proposta de um de seus membros, fazendo o candidato a profissão de Fé do Ssmo. Padre Pio IV, conforme o verdadeiro sentir da Igreja Católica [...] isso contudo não há-de ter lugar a respeito dos Srs. Bispos, e Párocos, que como tais são considerados sócios activos». in *O Católico*, (I.III.1843), 437.
- ²⁰ O jornal mais crítico neste ponto era o *Portugal Velho* no qual se agrupavam os miguelistas da «fracção incurável» como eram denominados pelos liberais mais conservadores representados pelo jornal *A Restauração*. O diário *A Nação* será o continuador do ideário político do *Portugal Velho*.
- ²¹ As críticas eram várias. Também se criticava o próprio nome «Sociedade», de carácter mais comercial, diziam. O mesmo quanto ao vocábulo «Estatuto». Em sessão da Câmara dos Deputados, Vaz Preto, faz uma intervenção em que diz: «Não é com Associações que se deve reformar a Igreja [...] Associados somos nós todos pelo nosso Baptismo...» V. *Diário da Câmara dos Deputados da Primeira Legislatura depois da restauração da Carta Constitucional*, III, (Março, 1843), 438. De notar que pouco antes tinha sido fundada a Sociedade Católica.
- ²² JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, *A Sociedade Católica examinada e defendida*, 12.
- ²³ Cf. Art.º 6.º, n' *O Católico* (I.III.1843), 438.
- ²⁴ JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, *A Sociedade Católica examinada e defendida*, 13.
- ²⁵ Art.º 2.º, parágrafo único. *O Católico* (I.III.1843), 437. V. *ibidem* (23.II. 1842), I, V. também *ibidem* (9.III, 1842), 18: «As páginas deste jornal são inteiramente vedadas à política seja ela qual for, e por consequência à menor ideia ou vestígio de partido. O seu objecto é puramente a Religião, seus dogmas, e doutrina».
- ²⁶ Anos mais tarde este movimento irá desembocar na autonomização da Igreja e do Estado. Embora outras forças, por razões e perspectivas diferentes, concitassem para este mesmo fim, também era querido por católicos, não tanto uma separação que significará muitas vezes oposição, mas antes uma autonomia.

²⁷ Mt. 22. 21. Esta ideia, embora clara no Evangelho, só aos poucos foi amadurecendo nos cristãos. Hoje, contrariamente aos tempos da cristandade, é o que vigora nos países de influência cultural cristã. O mesmo já não se pode dizer das zonas do mundo influenciadas pelo islamismo pois que o Corão aponta para sociedades olísticas.

²⁸ Curiosamente, será este o caminho trilhado no futuro. A própria Igreja oficial apontará neste sentido, mantendo as associações católicas num posicionamento apolítico. Isto não significa de modo algum que a Igreja seja neutral em matéria política, mas que não faz política partidária.

²⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 24, 6891. Cf. também *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal acompanhada das notícias biográficas de alguns indivíduos das mesmas famílias*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1838, 181.

³⁰ GUILHERME RODRIGUES, ESTEVES PEREIRA, *Portugal, Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, 1. Romano Torres, Lisboa, 1904, 836.

³¹ *Grande Enciclopédia*, 14, 915.

³² *Grande Enciclopédia*, 32, 246-247.

³³ *Grande Enciclopédia*, 2, 242. Cf. também *Resenha*, 15.

³⁴ PEREIRA e outro, *Portugal* 1, 795. Cf. também *Resenha*, 28.

³⁵ *Grande Enciclopédia* 11, 911-912.

³⁶ *Grande Enciclopédia*, 31, 332. Cf. também *Resenha*, 235.

³⁷ V. mapa sobre tendências políticas.

³⁸ Terceira era, em 1843, nada menos que o Presidente do Conselho de Ministros. Havia, também entre os fundadores homens de cultura como Redondo que pertencia à Academia Real das Ciências e era um verdadeiro mecenas do seu tempo. Promovia autêntica tertúlia de intelectuais e artistas no seu retiro do Bonjardim. Protegeu pintores como Domingos António de Sequeira, Leal Moreira, Marcos de Portugal e Frei José Marques. V. *Grande Enciclopédia*, 24, 6891. Cf. também *Resenha*, 181. Atalaia era também um distinto amador de música. Tocava oboé, tendo feito parte da orquestra de amadores do Conde de Redondo. V. *Grande Enciclopédia*, 3, 622. Cf. também *Resenha*, 30. Fronteira era um homem douto. Herdou dos antepassados o gosto pela cultura. Neto, pelo lado de sua mãe, da Marquesa de Alorna, era um apaixonado pelas artes e conviveu em Roma com Sequeira. V. PEREIRA e outro, *Portugal*, 1, 625. Torres era genealogista e sócio correspondente da Academia Real das Ciências. V. *Grande Enciclopédia*, 32, 246-247. José Barbosa Canais era também genealogista e escritor. Frequentou o curso teológico da Universidade de Coimbra. Foi bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa, e era sócio da Academia Real das Ciências e da Academia Real de História de Madrid. V. *Grande Enciclopédia*, 6, 1891. Cf. também INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1858 ss, 4, 264-267; 12; 252-253; Adit. 226. Sobre José Barbosa Canais, que era ineludivelmente a «alma» da Sociedade Católica no seu início, fizemos várias diligências para sabermos algo mais sobre a sua figura, nomeadamente na Biblioteca Nacional onde, em 1851, era bibliotecário-mor. Das investigações feitas muito pouco conseguimos apurar. Apenas fomos encontrar um relatório (incompleto) e correspondência expedida e recebida existentes na secção denominada *Arquivo Histórico*. Aliás, na Galeria dos Directores da Biblioteca Nacional, é o único que não possui retrato.

³⁹ Cf. *Nobrezza de Portugal*, III, 190 ss.

⁴⁰ Cf. *ibidem*, II, 267.

⁴¹ Cf. *ibidem*, 329 e ainda *ibidem*, III, 416.

⁴² Cf. *Resenha*, 70.

⁴³ V. quadro A.

⁴⁴ Cf. *Nobrezza de Portugal*, II, 324.

⁴⁵ Cf. *ibidem*, III, 429.

⁴⁶ Cf. MANUEL ROSADO MARQUES CAMÕES E VASCONCELOS, *Oliveiras e Cunhas da «Casa do Outeiro» Termo do Fundão*, Lisboa, 1962, 280. António de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria era 2.º Conde de Penamacor, Alcaide-mor de Sintra, 13.º Senhor dos Morgados da Penha-Verde e de Riba-Fria em Sintra. V. também LUÍS MOREIRA DE SÁ E COSTA, *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal, Costa Carregal, Porto, 1937*, 100.

⁴⁷ Cf. *Resenha*, 85.

⁴⁸ JOÃO CARLOS FEO CARDOZO DE CASTELO BRANCO E TORRES — SANCHES DE BAENA (VISCONDE DE), *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses do Séc. XIX*. Academia Real de Ciências, Lisboa, 1883, 739 faz referência a si próprio. V. também *ibidem*, 742, um mapa de sua ascendência. Por casamento liga-se aos Aldenberg. Sobre esta família Aldenberg, V. VASCONCELOS, *Oliveiras e Cunhas*, 277-280. Ribafria (2.º Conde de Penamacor) está ligado por casamento aos Aldenberg. V. ainda *Anuário da Nobrezza em Portugal*, Rua de Carvalho, 41, Braga, 1950, 559.

⁴⁹ Ver quadro B (os números correspondem à ordem dos fundadores).

⁵⁰ V. também FERNANDO DE CASTRO DA SILVA CANEDO, *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*, III, Gama, Lisboa, 1946, 25-29.

⁵¹ *Ibidem*, 15-19.

⁵² *Ibidem*, 181. Encontramos em nota de MIGUEL DE OLIVEIRA, *Privilégios do cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*, Lisboa, 1950, 29, o seguinte: «D. António Armando de Saldanha da Câmara, residente em Almada, e D. António Luís da Câmara Corte-Real, residente no Largo da Ajuda em Lisboa. Encontramos os nomes completos (pois os Principais abreviam o nome, à semelhança dos Cardeais) no *Almanach do Clero do Patriarcado* para o ano

de 1861 e para o de 1862». Os Principais Câmara e Corte-Real eram familiares do marquês da Fronteira: «dois eram próximos parentes de minha boa mulher: os Principais Câmara e Corte-Real» v. em MARQUÊS DA FRONTEIRA E DE ALORNA, *Memórias* V-VI, 134.

⁵³ CANEDO, *A descendência*, II, 127-133.

⁵⁴ *ibidem*. 165-177. Ligações aos Assecas, v. 169 e 172. Ligações aos Terceiras (D. Maria José do Livramento e Melo c.c. Terceira) v. 170.

⁵⁵ *Ibidem*. 191-193. Sobre António de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria v. 191.

⁵⁶ *Ibidem*. 249-258. Sobre António Maria Correia de Sá Benevides Velasco da Câmara v. 253.

⁵⁷ *Ibidem*. I, 195-198. Sobre José Maria da Cunha Grã e Ataíde v. 198.

⁵⁸ *Ibidem*. 295-302. Sobre D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto v. 297.

⁵⁹ MANUEL SOARES DE ALBERGARIA PAES DE MELO, *Soares de Albergaria (Subsídios para a sua história)*, Ed. do autor, s/l e s/d, 113-125. Sobre Tomás Cabral de Albergaria v. 120.

⁶⁰ MANUEL JOSÉ DA COSTA GAYO, *Nobiliário de famílias de Portugal*, I, Carvalhos de Basto, Braga, 1989, 341-366. Sobre José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco v. 366.

⁶¹ Cf. *Grande Enciclopédia*, 33, 709: «Homem de grande erudição e notável parlamentar [...] foi um orador, que marcou na Câmara dos Pares pela sua inteligência e saber». V. também *Resenha*, 251. V. ainda CANEDO, *A descendência*, III, 7-13.

⁶² MANUEL CLEMENTE, D. António de Almeida no catolicismo português de oitocentos in *Boletim de Trabalhos Históricos* (40, 1989) 235-255. Cf. também COSTA, *Descendência* 435-436. V. ainda sobre os Condes de Oliveira dos Arcos CANEDO, *A Descendência*, II, 70 a 78. D. António de Almeida, v. em 74.

⁶³ COSTA, *Descendência* 435-436. O Duque de Saldanha escreverá um interessante trabalho. V. SALDANHA (Duque de) *Necessidade de Associação Católica*. Brettell, Londres, 1871. Ainda sobre esta família poderá ver-se BRANCA DE GONTA COLAÇO, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, A.M. Pereira, Lisboa, 1930. José Barbosa Canais seria uma espécie de «afilhado» do Duque de Saldanha: «Devendo à nímia bondade do Marechal Duque de Saldanha, sempre generosa e desinteressadamente praticada comigo» diz referindo-se à sua nomeação para o cargo de bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional. V. JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO CASTELO BRANCO, 2 Estudos biográficos ou notícias das pessoas retratadas nos quadros históricos pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, F.A. da Silva, 1854, IX.

⁶⁴ MANUEL CLEMENTE, *Católicos, Estado e Sociedade no Portugal oitocentista (Congressos Católicos de 1891 e 1895)* in *Communio*, I (1984), 3, 246.

⁶⁵ A Sociedade Católica terá a sua maior acção entre 1843-1853.

⁶⁶ CRUZ, *As origens*, 56.

⁶⁷ O estudo citado *ibidem* trata a Sociedade Católica sob o ponto de vista político-organizativo. Por isso o autor tem razão na afirmação que faz.

⁶⁸ Nas residências das várias famílias dos fundadores ter-se-ão realizado sessões e actos de piedade, em São João da Praça (Terceira), em Santa Marta (Redondo). Rua da Fábrica das Sedas (Faial e Seia). O Auto da Sessão de Instalação da Sociedade Católica realiza-se no «Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e três, aos vinte e nove dias do mês de janeiro, nesta Côrte muito nobre e sempre leal, Cidade de Lisboa, e casa da residência da antiga e notável família Saldanha e Castro, na Travessa Larga, Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus...» V. *Jornal da Sociedade Católica* (12.IV.1843), 6. Alguns lausperenes que tiveram lugar em Lisboa, realizaram-se em várias Igrejas da cidade, como Corpo Santo, São José, Socorro, Desterro, Comendadeiras da Encarnação, Mosteiro de Santo Alberto, Mosteiro de Carnide. N' *O Católico* (23.III.1842), 33 lêmos que houve um lausperene na: «Igreja de Santa Marta por devoção dos Exmos. Condes do Redondo».

⁶⁹ Cf. DOMINGUES, E, *Senhoras nobres de fita branca*, Congregação do Sagrado Coração, Lisboa, 1965. Descende dos Rio Maior, p. ex. a fundadora das Dominicanas Portuguesas. V. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL, *Dona Teresa de Saldanha e as suas Dominicanas*, Cucujães, 1938.

Bibliografia

A) Periódicos

O Católico (1842-1843).

O Escudo cristão (1847-1849).

Jornal da Sociedade Católica (1843 a 1853).

A Nação (21.XI.1848) a (14.XII.1848).

Portugal Velho. 544 (10.II.1843) a (600 (21.VI.1843).

A Restauração 226 (27.II.1843) a 302 (2.VI.1843).

B) Bibliografia Geral

ALMEIDA, FORTUNATO DE. *História da Igreja em Portugal*, III. Civilização, Porto - Lisboa, 1970.

ALORNA, MARQUÊS DA FROTNEIRA E DE, *Memórias V-VIII, INCM*, Lisboa, 1986. (Reimpressão fac-similada ed. da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929-1930).

Anuário da Nobreza em Portugal. Rua do Carvalhal, 41, Braga, 1950.

CANEDO, FERNANDO DE CASTRO DA SILVA, *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*, I-II-III, Gama, Lisboa, 1945-46.

CASTELO BRANCO, JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO. *Estudos biográficos ou notícias das pessoas retratadas nos quadros históricos pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, F.A. da Silva, 1854.

CASTELO BRANCO, JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO. *Costados das famílias ilustres de Portugal. Algarves, Ilhas e Índias*. I, Impressão Régia, Lisboa, 1829.

CASTELO BRANCO, JOSÉ BARBOSA CANAIS DE FIGUEIREDO. *A Sociedade Católica examinada e defendida dos inimigos e recomendada com substituição de alguns artigos do seu Estatuto aos amigos*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

CLEMENTE, MANUEL. *Católicos, Estado e Sociedade no Portugal oitocentista (Congressos Católicos de 1891 e 1895)* in *Communio*. I (1984), 3. 245-255.

CLEMENTE, MANUEL. *D. António de Almeida no catolicismo português de oitocentos* in *Boletim de Trabalhos Históricos*. 40 (1989) 235-255.

COSTA, LUÍS MOREIRA DE SÁ E. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal*, Costa Carregal, Porto, 1937.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA. *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1980.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA. *As relações entre a Igreja e o Estado Liberal do «cisma» à Concordata (1832-1848)*. in *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do sec. XIX*, Sá da Costa, Lisboa, 1982.

Diário da Câmara dos Deputados da Primeira Legislatura depois da restauração da Carta Constitucional, III. (1843).

FERREIRA, JOSÉ AUGUSTO. *Memórias para a história d'um cisma (1832-1842)*, Cruz, Braga, 1917.

GAYO, MANUEL JOSÉ DA COSTA FELGUEIRAS. *Nobiliário de famílias de Portugal*. I, Carvalhos de Basto, Braga, 1989.

GOMES, J. PINHARANDA, *Política e acção social cristãs em Portugal (1830-1980)*. Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, s/d.

GOMES, J. PINHARANDA, *Os Congressos Católicos em Portugal (Subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea, 1870-1980)*. SNAL, Lisboa, 1984.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, s/d.

MARQUES, A.H. DE OLIVEIRA, *História de Portugal*, II, Palas, Lisboa, 1973.

MELO, MANUEL SOARES DE ALBERGARIA PAES DE, *Soares de Albergaria (subsídios para a sua história)*, Ed. do Autor, s/I e s/d. *Nobreza de Portugal*, II-III Enciclopédia, Lisboa, 1960/1961.

OLIVEIRA, MIGUEL DE, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1940.

PEREIRA, ESTEVES - RODRIGUES, GUILHERME, *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Romano Torres, Lisboa, 1904.

REBELO, JOÃO M. PACHECO TEIXEIRA, *Colecção completa da legislação eclesiástico-civil desde 1832 até ao presente*, Guttemberg, Porto, 1896. *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal acompanhada das notícias biográficas de alguns indivíduos das mesmas famílias*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1838.

SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO, *História de Portugal*, VIII, Verbo, Lisboa, 1986.

SILVA, INOCÊNCIO FRANCISCO DA, *Dicionário Bibliográfico Português*, IN, Lisboa, 1858 ss.

TORRES, JOÃO CARLOS FEIO CARDOZO DE CASTELO BRANCO E. - BAENA, SANCHES DE (VISCONDE), *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses do século XIX*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1883.

VASCONCELOS, MANUEL ROSADO MARQUES CAMÕES E, *Oliveira e Cunhas da «Casa de Outeiro» Termo do Fundão*, Lisboa, 1962.